

O Sr. Mauro Benevides (MDB — Ceará) — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — Ceará) — Nobre Senador Luiz Viana, há poucos instantes, V. Ex^a, reportando-se à remuneração salarial do professorado brasileiro, teve por base o seu Estado, a Bahia, e fez, então, a referência aos vencimentos atribuídos ao magistério do primeiro e do segundo graus. Posso dizer a V. Ex^a, — tomando a nossa região como base — que talvez o professorado da Bahia seja aquele, mesmo dentro dessa remuneração inferior, que mais percebe dos cofres públicos. Houve, em determinado momento, na Bahia, em Pernambuco, no meu Estado, enfim — acredito que em muitas Unidades da Federação — uma expectativa de esperança, quando se anunciou o Estatuto do Magistério, que traria em seu bojo grandes reivindicações, há tempos acalentadas pelo professorado e que, conseqüentemente, essas mesmas reivindicações trariam melhorias substanciais para aqueles que exerciam o magistério. Infelizmente, nobre Senador, o Estatuto do Magistério saiu, passou a vigor e se constituiu, quase sempre, num verdadeiro engodo para o professorado brasileiro. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Grato a V. Ex^a

O Sr. Orestes Quércia (MDB — São Paulo) — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador.)

Pretendia, com a sua permissão, somente lembrar que V. Ex^a tem, evidentemente, reiteradas vezes, se manifestado favorável a algum plano — inclusive, no próprio discurso de V. Ex^a, há pouco quando foi interrompido pelos apertes, fazia menção a um "plano de salvação nacional" para aspectos da Educação. Lembro-me de que, em recente pronunciamento, V. Ex^a também chamou a atenção de que estatística não deveria ser o objetivo do Governo. Nosso objetivo nacional deve ser a Educação no seu integral entendimento. E quero apenas testemunhar a V. Ex^a, que dentro destes conceitos emitidos a respeito do problema relativo aos professores, no meu Estado por exemplo, eles, em quantidade enorme, trabalham em diversos empregos, dia e noite, são submetidos a um desgaste físico enorme para poder ganhar o salário necessário ao sustento seu e de sua família. Por outro lado, o prejuízo que eles, por imposição das necessidades, levam aos estudantes, é muito grande, porque, submetido a desgastes físicos, o professor não tem condição de dar uma aula à altura da necessidade dos alunos. Portanto, tem V. Ex^a inteira razão no levantar este problema.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Grato.

Entre as observações feitas na Câmara pelo Presidente do Conselho Federal de Educação, está a de que das 329 mil vagas oferecidas no ensino superior, quase 50%, ou seja, 143 mil, estão concentradas no Estado de São Paulo. Estou certo de que o fato irá merecer a atenção do Governo, que se tem mostrado sensível a outros problemas da região.

Se do magistério dos dois primeiros graus passarmos para o superior, não é mais animador o panorama em matéria de salários. Isso em que pese, devemos reconhecê-lo, o esforço do Governo para vencer a verdadeira degradação salarial anteriormente existente. De fato, se compulsarmos as tabelas decorrentes da Lei nº 6.182, veremos que um titular, com dedicação exclusiva, e com todos os incentivos previstos, não irá além de Cr\$ 11.444,00. Se, no entanto, houver optado por 20 horas semanais, ficará apenas com Cr\$ 4.869,00. Mas esse é o titular, o professor provento, já no fim da carreira. Quanto ao assistente, este começa com magros Cr\$ 2.000,00 e, com dedicação exclusiva e todos os incentivos possíveis terá Cr\$ 8.618,00.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo) — Nobre Senador Luiz Viana, o Senado está assistindo a uma tarde baiana, ao fim de uma semana, também, baiana. O apoio e a ressonância que está tendo o discurso de V. Ex^a por parte de todos os Srs. Senadores, com a representação de quase todos os Estados, são o testemunho do alto apreço à seriedade e elevação com que V. Ex^a trata da problemática da Educação em nosso País. Quero, Sr. Senador, justificar o meu aparte, com aquela célebre quadra baiana, de um poeta baiano, em homenagem a V. Ex^a:

"Toda tinta deste mundo,
Com que se escreve alegria,
Vem do tinteiro profundo,
Do mar azul da Bahia."

Sr. Senador Luiz Viana, a semana é baiana, porque, há dias, o Brasil, em se curvando diante da Bahia, foi buscar, no Prefeito de Salvador, que serviu à Capital do seu Estado, quando V. Ex^a era titular da sua Governadoria, o Presidente da ELETROBRÁS, a grande empresa nacional, de profunda significação na vida brasileira. Quero crer que o entusiasmo de V. Ex^a, ao proferir esse discurso, seja um reflexo dessa nomeação que atinge em cheio, o entusiasmo e a baniedade de V. Ex^a. No brilhante pronunciamento que ouvimos, V. Ex^a coloca os problemas da Educação em tal nível que podemos afirmar, seguramente, ser hoje o dia baiano. Há pouco o Senado Federal aprovou projeto que concede empréstimo ao seu Estado, no valor de vinte milhões de dólares, em homenagem à Bahia e, neste instante, inclina-se aos valiosos argumentos apresentados. No magnífico discurso que V. Ex^a está proferindo só há um problema em que todos nós colocamos o nosso entusiasmo, o nosso espírito e o nosso coração: o do ensino no País. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Muito obrigado a V. Ex^a

Quantos, salvo casos de vocação incoercível, se disporão, sendo realmente capazes, a permanecer no ensino? Dentro de um útil plano de pós-graduação, está o Ministério da Educação e Cultura preparando, em 1975, quase 60.000 professores especializados. Será que não buscarão oportunidades mais bem remuneradas?

Aliás, em confronto com os salários federais temos os das Universidades de São Paulo e de Campinas e dos Institutos Isolados de Ensino Superior do mesmo Estado, onde os titulares, em dedicação integral, percebem Cr\$ 17.500,00, situação esta extensiva aos inativos. Não estará nesse zelo pela Educação, e da qual há muitas provas desde a década de 20, um dos segredos do êxito da prosperidade paulista? Circunstância que bem explica haver uma evasão de inteligências para aquele Estado. Assinale-se, aliás, que, além da sua Constituição destinar 20% da renda de São Paulo para o desenvolvimento do ensino, mais meio por cento é reservado para o setor de pesquisa. Não é São Paulo que paga muito — é o Brasil que paga pouco. E isso apesar das melhorias concedidas pelo Decreto-lei nº 1.384, de outubro de 1974, e pela Lei nº 6.182. Basta, realmente, passarmos a vista pelos salários das autarquias e empresas da União, para que se tenha como reduzidos os salários do magistério superior. Vi publicado, há dias, haver Diretor ganhando dezenas de mil cruzeiros mensais numa das empresas públicas. Não é, portanto, demais imaginarmos que, dos servidores civis do Brasil, sejam os professores a classe possivelmente mais mal remunerada, embora devamos também imaginar que pelas qualificações requeridas, pelos serviços prestados, pelo que, de fato, devem representar na vida e na formação da nacionalidade, sejam os professores de nível superior, presumivelmente, a categoria intelectualmente mais alta. Professores que devem permanecer atualizados numa época em que, mesmo em outros níveis, ocorre, segundo bem observa o ilustre Professor Carlos Langoni: "a rápida obsolescência do estoque existente de capital

humano". Dele, aliás, é esta oportuna conclusão após discorrer sobre os dispêndios em Educação:

"A análise anterior realça uma vez mais o papel crucial que os investimentos em educação face sua elevada rentabilidade social, podem desempenhar na fase atual do desenvolvimento brasileiro."

Feitas estas observações sobre problemas de ordem geral, peço licença para me referir ao rumoroso assunto do MOBREAL, diante do qual estou longe de ter posição radical.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — Antes que V. Ex^a entre no assunto MOBREAL, permita que eu lhe ofereça um subsídio em relação à tese que defende em favor da melhoria do Magistério sob todos os aspectos!

O O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Pois não! O MOBREAL é um parêntese.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — Faz V. Ex^a críticas candentes, enérgicas, mas corretas e adequadas na defesa da Educação, do Professor; presta com o seu pronunciamento, a legítima homenagem ao Magistério, e focaliza o aspecto, importante, da fuga dos professores, em busca de outro setor de atividade, por não terem remuneração adequada. Permitiria, apenas, este registro em razão da má remuneração, temos, tão-somente, 45 mil professoras normalistas — 1^o ciclo — e, em contrapartida, encontramos 111 mil professoras, lecionando no primário, que tiveram apenas o primário!

O SR. LUIS VIANA (ARENA — Bahia) — O dado que V. Ex^a traz é muito expressivo.

Perguntassem-me se julgo conveniente extinguir imediatamente o MOBREAL e eu não teria dúvida em responder pela negativa. E o faria lembrando-me de que Ruy Barbosa, certamente o maior dos educadores brasileiros com assento no Congresso, teve na educação de adultos, na Loja América, em São Paulo uma das suas primeiras atividades. O que mostra ser secular a luta de brasileiros em favor da alfabetização de adultos, natural decorrência de um sentimento de solidariedade diante daqueles que as contingências da vida não permitiram se alfabetizarem em idade mais adequada. Está, pois, a merecer toda a nossa simpatia a iniciativa, o trabalho, e a dedicação daqueles que deram impulso e estrutura ao Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos.

Contudo, se depois disso se nos perguntasse sobre a conservação dos rumos atuais do MOBREAL, não vacilaria em manifestar-me contrário. Nisso estou inteiramente com o Senador Jarbas Passarinho, para quem o MOBREAL precisa de uma correção de curso. De fato, nas suas origens foi o MOBREAL uma espécie de Santa Casa da Alfabetização — o Provedor trabalhando de graça, os irmãos também, e outros servidores com vencimentos modestos. Foi a fase dos abnegados. Parece, porém, que este período passou. O MOBREAL ficou rico, e aí começa o outro lado da história. Para este ano dispõe de um orçamento de mais de 350 milhões de cruzeiros. E a pergunta que me faço, e que deixo para ser respondida pelos doutos da educação, é se convém ao País, à sua educação ainda muito carente de recursos, manter para a alfabetização de adultos uma estrutura evidentemente dispendiosa e paralela à do Ministério da Educação. Para mim esta é a primeira questão a ser resolvida. Deve ser conservado o MOBREAL com as suas atuais características, ou será preferível, quer pela economia que representará, quer para evitar as flagrantíssimas deturpações já constatadas, incorporá-lo ao Ministério da Educação? Pergunta a que não poderemos responder sem considerar, conforme desenvolvido pelo Deputado Flexa Ribeiro, a modesta valia, em termos de desenvolvimento educativo, das campanhas de alfabetização.

Aliás, para bem respondermos àquela indagação, indispensável fixarmos alguns conceitos. O primeiro deles, para não pairar equívoco sobre o que representa a alfabetização será focalizar a imensa

distância entre educar e alfabetizar. Uma nítida idéia sobre o fosso que separa esses dois objetivos é fundamental. E ainda mais — aquilo a que têm direito todas as crianças brasileiras — hoje a partir dos sete anos — é a educação. Direito inalienável, e para cuja consecução a Nação deverá empregar todos os meios ao seu alcance, como de fato está fazendo. Direito diante do qual a alfabetização, permitam-me que insista, representa apenas uma parcela mínima, quase insignificante. A educação, di-lo a Constituição, é direito de todos e dever do Estado. Do mesmo modo que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, votada pelas Nações Unidas, foi inequívoca: "Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que diz respeito ao ensino elementar e fundamental".

O Sr. Benjamim Farah (MDB — Rio de Janeiro) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — Rio de Janeiro) — Quero louvar V. Ex^a, quando disse que não tem uma opinião radical, em face desse organismo que já tem um acervo de inestimáveis serviços prestados à Educação, sobretudo à educação de adultos. Mas, V. Ex^a sabe que o MOBREAL começou, na realidade, em 1970, quando ainda existiam 33% de analfabetos, num total de aproximadamente, 18 milhões e 100 mil candidatos maiores de 15 anos, e, durante 5 anos, apenas, esta cifra foi reduzida para 11 milhões e 500 mil. Portanto, de 33%, ficou para mais ou menos 18%. Ora, meu caro colega, V. Ex^a fala na verba do MOBREAL, que é uma verba estimada em 300 milhões, ou pouco mais. Mas o MOBREAL tem 5 milhões de alunos para alfabetização e 1 milhão nos cursos de educação integrada. Portanto, 6 milhões. Se V. Ex^a dividir 300 milhões por 6 milhões, vê que cada aluno dispõe de, apenas Cr\$ 50,00 por ano. Isto não paga nem um almoço num restaurante modesto. Ora, não vamos destruir uma organização que já tem uma experiência e que merece, de grande parte da população do Brasil, uma certa confiança. Então, por que V. Ex^a acha...

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Não estou pregando aqui a destruição do MOBREAL. Pelo contrário, até reconheço...

O Sr. Benjamim Farah (MDB — Rio de Janeiro) — Acho que devemos aproveitar essa experiência. Ainda há poucos dias, ouvi reclamação porque o MOBREAL está destinando um pouco da sua atividade em favor da educação primária. Acho que tudo que o MOBREAL possa fazer em favor da Educação, pouco importa que seja para o adulto ou para o menor; devemos aproveitar. O que interessa é aquilo que ele possa fazer. Se em certos lugares, em certas regiões, há dificuldades para a educação primária e o MOBREAL está aparelhado, como uma agência, para secundar o esforço do Município, do Estado ou do Ministério da Educação e Cultura, não devemos ignorar esse esforço. Há poucos dias estive lendo uma belíssima conferência do Professor Arnaldo Niskier, feita em Belo Horizonte, em que ele cita uma cidade do Ceará — se não me falha a memória, é a cidade de Iracema — onde uma professora ganha Cr\$25,00 por mês. Essa denúncia não foi somente a referente à professora. Ele citou, inclusive, uma impugnação feita no Tribunal de Contas. Se lutamos com a maior dificuldade para a Educação, todo e qualquer esforço deve ser válido e merecer o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves. Fazendo soar a campainha) — Nobre Senador Luiz Viana, eu pediria a atenção de V. Ex^a porque faltam apenas 4 minutos para terminar a sessão.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Sr. Presidente, se V. Ex^a me der 2 minutos, eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — V. Ex^a pode concluir.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — Sr. Presidente, com licença do orador, eu pediria a V. Ex^a que submetesse ao Plenário a prorrogação da sessão por 15 minutos, porque o eminente Senador Heitor Dias deseja fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Lamento não poder atender ao requerimento de V. Ex^a — e ontem o fiz *ex officio* — porque há uma sessão extraordinária convocada para as 18 horas e 30 minutos, pelo Sr. Presidente, e, às 19 horas, haverá outra, do Congresso Nacional.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Ontem, espontaneamente, *ex officio*, eu pedi a prorrogação para que um Sr. Senador pudesse falar, mas, hoje, lamentavelmente, não é possível atender a V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia) — Concluo, Sr. Presidente: Que devemos, *entretanto, entender por Educação?* Será aprender a ler, escrever e contar? Longe disso. Pondo-se de lado *portmoures*, certamente úteis, mas que deixo mais versados no assunto, tomarei esta frase de autor muito em voga, Jean Piaget: "Educar é muito mais que leitura, escrita e cálculo: significa, a rigor, garantir para toda a criança o pleno desenvolvimento das suas funções mentais..." Conceito idêntico também nos dá o famoso ex-Ministro da Educação da França, Edgar Faure: "O fim da educação é permitir ao homem ser ele próprio e de se realizar". Será necessário *dizer mais para fixar a distância que separa a alfabetização como instrumento, passo talvez inicial da educação. Principalmente numa época em que adquire consistência a idéia da Educação como um processo contínuo ao longo de toda a vida, não poderemos deixar de ter como importante oferecer novas oportunidades de educação aos que não a tiveram nas faixas etárias mais adequadas. O essencial, e nisso sou o primeiro a reconhecer as dificuldades que o problema contém, será ter a medida exata, a proporção que, dentro de um sistema educacional ainda deficiente, como honesta e louavelmente o reconheceu há poucos dias, falando na Câmara dos Deputados, o Ministro Ney Braga, deverá ter os gastos, os dispêndios com a alfabetização de adultos, investimento evidentemente muito menos rentável do que a educação das crianças em idade escolar. Não faz muito que em carta dirigida ao Senador Petrônio Portella, a propósito do Programa da ARENA, declarei estarmos gastando ainda pouco em educação. Não tenho porque alterar esse pensamento. Contudo, a ele eu gostaria de somar uma indagação — será que estamos gastando bem? Serão os dispêndios com a alfabetização de adultos, tal como se efetuam atualmente, correspondentes aos proventos propiciados à educação? No particular desejaria lembrar estas judiciosas observações de O Estado de S. Paulo: "Trata-se, em primeiro lugar, de um imenso investimento financeiro, técnico e humano que precisa ser justificado não apenas em termos de rentabilidade, mas ainda por sua superioridade, em eficácia e prontidão dos resultados, sobre os investimentos feitos na educação sistemática, através do sistema escolar. Trata-se de saber se estará dominado ou não, ao final da década, o passivo que tanto tem pesado sobre nossas ambições de desenvolvimento e crescimento econômico e social: o déficit cultural básico representado pelo analfabetismo adulto. Trata-se, enfim, de viabilizar a curto prazo uma real e harmônica distribuição da renda nacional, impossível sem uma elevação segura e irreversível dos níveis culturais da Nação. Foi para isso que se apartou o MOBRRAL com a flexibilidade que lhe permitiu o que nenhuma outra agência governamental tinha conseguido antes: estar presente na totalidade dos quase quatro mil municípios brasileiros".*

Realmente, *entre os aspectos que oferece o problema do MOBRRAL, não pode ser dos menos relevantes saber-se se representa ou não bom investimento para um país a brago com numerosas e graves dificuldades no campo da educação. Ou teremos montado fora do Ministério da Educação um organismo por demais dispen-*

dioso? Além disso, e esse é aspecto da maior importância, jamais poderíamos admitir que o MOBRRAL se transformasse numa espécie de tranquilizador para as nossas deficiências educacionais, e, mais que isso, fórmula para não ser cumprida a determinação constitucional que assegura educação para todos. Uma cousa é o MOBRRAL tal como foi concebido, e para mim bem concebido, como instrumento barato, desburocratizado, ágil e capaz de alfabetizar os que não puderam ser na idade adequada. Seria um organismo transitório. Outra é o MOBRRAL erigido em potestade educacional, com ares de entidade permanente e cuja presença fez que nos descuidássemos da educação do 1º Grau.

Na realidade são dois problemas que devem andar sempre juntos na educação — gastar e gastar bem. Revolvê-los adequadamente é fundamental para a vida do ensino no País. A nossa grandeza e nossas necessidades não permitem que desperdicemos um cruzeiro. Do Ministro Simonsen é esta observação a propósito das despesas educacionais antes de 1964: "O Brasil não só gastava pouco em educação: gastava, também, absurdamente mal". Felizmente isso já não poderia ser dito hoje. Acredito, porém, que ainda devemos gastar mais, do mesmo modo que deveremos nos empenhar para gastar sempre melhor. Até porque, permitam-me repeti-lo, tenho a educação como a chave primeira de nossos problemas, máxime quando o Brasil busca alcançar uma nova dimensão, e toma consciência das suas desigualdades, das suas contradições, e do quanto deverá construir e reconstruir. "Nesse processo de reconstrução — e aqui cito proposadamente Anísio Teixeira — nenhum problema é mais essencial do que o da escola, pois por ela é que se efetivará o novo senso de consciência nacional e se afirmará a possibilidade de se fazer permanente e progressiva a grande mobilização do esforço brasileiro".

Um esforço que acima de tudo terá como viga mestra insubstituível o magistério em todos os seus graus, um magistério que encontre na sua profissão e remuneração condigna, justa, e por isso mesmo capaz de evitar qualquer sentimento de frustração. Ou isso ou todas as reformas, sejam quais forem, ruirão como pobres castelos de carta, pois lhes faltará esse indispensável alicerce que é o professor integrado na sua profissão, para ela vivendo, e dela vivendo, sem riqueza, mas com segurança e dignidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recentemente, analisávamos nesta Casa as falhas da PETROBRÁS no campo da lavra e da pesquisa, demonstrando que os investimentos no setor vinham diminuindo sensivelmente de 1966 a esta data. Dias atrás a Folha de São Paulo publicou artigo de F. Rangel Pestana sob o título "Desamarrar o Leão", tecendo considerações a respeito do mesmo tema: diminuição de verbas para lavra e pesquisa. Enquanto a empresa pública informa um lucro líquido de 4 bilhões e 733 milhões de cruzeiros, já feitas as deduções relativas a reservas para manutenção do capital de giro e do Imposto de Renda, sendo 55 por cento superior aquele apurado em igual período de 1964, quando alcançou somente 3 bilhões e 56 milhões, sabe-se que os investimentos destinados à pesquisa e a lavra atingiram tão-somente 2 bilhões, 130 milhões de cruzeiros, dentro do País. Aliás reclama ainda o jornalista, e com justa razão, que a PETROBRÁS tem procurado fazer pesquisas em outros países, e o montante gasto nessas pesquisas não é informado ao público, ao mesmo tempo que diminui seu esforço, dentro das nossas fronteiras. Parece que a autorização para assinar contratos de risco fará com que a PETROBRÁS se imobilize ainda mais deixando de realizar a pesquisa e a lavra conveniente e necessária. Infelizmente a PETROBRÁS tem deixado muito a desejar.